

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA

IPS - SETÚBAL
12 e 13 maio
2016



**O SNC NA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

**O DESAFIO
DA MUDANÇA**



APRESENTAÇÃO

A nova visão de funcionamento e organização da Administração Pública, co-financiada no novo Sistema Nacional de Contabilidade para a Administração (SNC-AP), constituirá, não tenho dúvidas, um feito de grande alcance, que não é uma tarefa fácil, não só para quem tem que executar, mas também para quem tem que decidir. É aquele momento em que os fortes, os que compreendem a dimensão do projeto e dos seus efeitos na vida nacional não regateiam esforços, vontades, e por vezes até meios monetários em prol do que acreditam.

Sabemos por experiência própria que estes projetos não são pacíficos, porque vêm, por vezes, muitos interesses e, por outro lado, exigem dos atores execução de novos comportamentos, novas doutrinas e novos saberes, e nos atores sórios a dúvida que sempre suscitam as coisas novas.

O que tem vindo a público na cena mundial da economia e dos comportamentos alguns dos seus protagonistas é a manifestação inequívoca que os pilares em que assentado algumas práticas públicas, não são os mais adequados à transparência dos negócios, ao rigor na gestão e na qualidade que a deve sustentar.

Esse tem que ser o nosso combate, alicerçado na mudança de comportamentos, doutrinas e doutrinas em que deve basear-se a gestão da causa pública.

Claro que não desconhecemos as dificuldades do processo e sentimo-nos honrados a oportunidade histórica de participarmos construtivamente nessa mudança. O presente Congresso não será, estamos convictos, o meio da mudança, mas um veículo para para alertar as consciências sobre a realidade que vivemos e um meio de chamar à causa outros que para ela não tenham ainda sido despertados.

A Ordem dos Contabilistas Certificados tem, estamos convictos, um importante papel a desempenhar neste processo e sente que está a cumprir a sua missão de serviço público ao organizar o evento em parceria com uma prestigiada instituição de Ensino Superior, como é o caso da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS).

Vertemos o resumo dos trabalhos no presente livro, para que a memória, normal curta dos humanos, não esqueça o mérito da causa e que a ela, cada vez mais, se dedi-

FICHA TÉCNICA

Resumos das comunicações do I Congresso Internacional de Contabilidade Pública
O SNC na Administração Pública - O Desafio da Mudança

Capa e Paginação

Duarte Camacho | Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

Impressão

Brandsmartinho, unipessoal, Lda

ISBN: 978-989-98660-5-8

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO	AUTORES	ÁREA	PÁG
Estudo dos Planos de Gestão de Risco da Corrupção e Infrações Conexas dos Municípios	Ana Alexandra Pimenta Cabral Bondoso; David Pereira Alves; Sara Alexandra da Eira Serra; Carmem Teresa Pereira Leal	A10	61
Finanças Públicas: Um Contexto Sobre a Transparência da Gestão Fiscal	Érico Gustavo Tomaz da Silva	A11	14
Análise Económico-Financeira à Câmara Municipal de Mangualde na Óptica dos Stakeholders	Rui Miguel Amaral Costa	A11	73
Das Parcerias Público-Privadas no Sector da Saúde: O controlo externo do Tribunal de Contas	Isa Antónia	A12	22
Avaliação dos Sistemas de Controlo Interno dos Serviços e Fundos Autónomos Portugueses	Susana Miranda; Paula Gomes dos Santos	A12	27
Análise do Departamento de Auditoria interna nas Instituições Públicas de Ensino Superior Portuguesas	Sandrina Machado; Sara Serra; Patrícia Gomes	A12	38
Auditoria Interna em Instituições de Ensino Superior: O Caso do Ensino Superior Público Politécnico	Elsa Cristina de Sá Martins Saraiva; Isabel Martins	A12	55
Do início da Auditoria à Mudança do Auditor	Paula Alexandra Heliodoro; Manuel Mouta Lopes	A12	64
Contabilidade e Auditoria Pública: Evidência Empírica da sua Relação	Fátima David; Rute Abreu; Liliane Seguro; Henrique Formigoni; Flávio Mantovani	A12	74
Contabilidade Forense: Uma perspetiva fiscal na fraude por faturas falsas em Portugal	Lidina da Conceição Mendes Gonçalves; Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis	A13	66
Introdução ao conhecimento do modelo de governação de uma organização portuguesa do Antigo Regime: o Colégio Real dos Nobres, 1766	Miguel Gonçalves; Susana da Fonseca Ribeiro; Maria da Conceição Marques; Miguel Lira	A14	17
A Reorganização Administrativa do Território das freguesias: O Caso do Distrito de Braga	Elisabete Maria da Silva Patrão Maranhão; Mariana José Fernandes	A14	21
Implicações do Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais no Endividamento do Grupo do Município de Lisboa	Carlos Jeremias Pinto; Paula Gomes dos Santos	A14	30
Estudo Comparativo dos Regimes Financeiros das Autarquias Locais (LFL2007 VS RFAL) e Implicações na sua capacidade de endividamento	Carlos Jeremias Pinto; Paula Gomes dos Santos	A14	37
O Prazo de Prescrição dos Créditos Decorrentes de Serviços Prestados por Contabilistas Certificados	Micaela de Jesus Bragadeste Lopes	A14	40
Impacto da informação contabilística e dos fatores socioeconómicos na relação dos autarcas Portugueses	Ana Maria Valente da Cunha; Augusta da Conceição Santos Ferreira; Maria José da Silva Fernandes	A14	45

Um capítulo da história da contabilidade pública e política do Brasil: o caso do saldo de 1927 no Balanço da República

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

rachaves@vivaldo.com.br

Resumo

A história da contabilidade pública do Brasil é deveras fascinante, concomitante as expressões inúmeras, com peculiares registros desse Vaz de Caminha e Lamego, até a remodelação da contabilidade nacional e do tesouro em 1915, os nos pós regime militar em 1964, e a atual posição pós constituinte de 1988. O presente artigo é analisar um dos capítulos da história da contabilidade pública do especificamente, o caso do saldo do balanço de receita e despesa em 1927, que veu o contador da nação Francisco D'auria, e os políticos da época. O problema discutido além do histórico, da aplicação pública de nossa ciência, está ligada à influência política na contabilidade, e consequentemente os efeitos ligados a esta influência ambiental. O tema é relevante visto que hoje o Brasil passa por problemas econômicos, e políticos, promessas de impeachment da gestão atual, derivado às questões contábeis, e debates sobre a validade de tais manobras. É uma pesquisa que se justifica nas posições patrimoniais derivadas de condições políticas, tal como influências patrimoniais empresariais, também no senso histórico. Além do método histórico, a analogia entre os dois tempos (passado e presente), ensinando uma análise histórica; sendo um trabalho inédito ajudar-nos-ia a compreender o tempo atual futuro. Se faz necessária outras abordagens sobre as questões políticas na contabilidade, além da área pública, visto que, no direito e economia estas linhas são bastante estudadas, sendo, portanto, um tema de exploração para outros pesquisadores queiram desenvolver uma doutrina contábil na política, e teorização sobre esta agente dos patrimônios existentes na nação brasileira.



Contabilidade e Auditoria Pública: Evidência Empírica da sua Relação

Fátima David

sdavid@ipgg.pt

Rute Abreu

ra@ipgg.pt

Liliane Segura

liliane@liliane.segura@mackenzie.br

Henrique Formigoni

henrique.formigoni@mackenzie.br

Flávio Mantovani

flavio.mantovani@mackenzie.br

Resumo

Em Portugal, as normas da contabilidade pública registaram uma evolução ao longo dos anos, com o objetivo de se adaptarem às novas realidades das entidades do setor público, fazendo com que as demonstrações financeiras traduzam com maior rigor a posição e desempenho financeiro e económico das mesmas. O objetivo principal desta investigação é analisar o conteúdo das Certificações Legais de Contas (CLC) da Câmara Municipal do Porto (CMP) no período 2008-2012, de forma a evidenciar a qualidade do trabalho de auditoria. Como metodologia de investigação recorreu-se, para a análise teórica, à revisão da literatura científica e legal para contextualizar as temáticas da contabilidade pública e da auditoria financeira; para a análise empírica, ao método do estudo de caso. Os resultados obtidos permitem concluir que na CMP existe uma crescente preocupação com a fiabilidade da informação, traduzida em menores discordâncias do auditor/visor relativamente à informação prestada e existe um aumento de relatórios limpos.

COMISSÃO DE HONRA

Carlos Antunes – Presidente do Tribunal de Contas

Pedro Dominguiños – Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal

Domingues Azevedo – Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados

José Azevedo Rodrigues – Bastonário dos Revisores Oficiais de Contas

Mmanuel Machado – Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Pedro Gegonho – Presidente da Associação Nacional de Freguesias

Maria das Dores Meira – Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

Eugenio Fonseca – Presidente da Caritas Portuguesa

COMISSÃO ORGANIZADORA

Boguslawa Sardinha (Presidente) – Instituto Politécnico de Setúbal

Domingues de Azevedo – Ordem dos Contabilistas Certificados

Rosa Teresa Santos – Ordem dos Contabilistas Certificados

Ana Bela Teixeira – Instituto Politécnico de Setúbal

Carlos Mata – Instituto Politécnico de Setúbal

Francisco Leote – Instituto Politécnico de Setúbal

Sidalina Gonçalves – Instituto Politécnico de Setúbal

Susana Silva – Instituto Politécnico de Setúbal

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Bela Teixeira (Presidente) – Instituto Politécnico de Setúbal
Ana Fialho – Universidade de Évora
Ana Isabel Morais – ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão
Ana Maria Rodrigues – Universidade de Coimbra
António Pires Cabado – Instituto Piaget
Augusta da Conceição Ferreira – Universidade de Aveiro
Cidália Lopes – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Clotilde Palma – Instituto Politécnico de Lisboa
Fátima David – Instituto Politécnico da Guarda
Francisco Carreira – Instituto Politécnico de Setúbal
Francisco Leote – Instituto Politécnico de Setúbal
Graça Maria Azevedo – Universidade de Aveiro
Isabel Lourenço – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
José Luís Martins – Instituto Politécnico de Leiria
Leonor Fernandes Ferreira – Universidade Nova de Lisboa
Lúcia Lima Rodrigues – Universidade do Minho
Luís Lima Santos – Instituto Politécnico de Leiria
Maria da Conceição Marques – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Maria José Fernandes – Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Maria Teresa Alves – Instituto Politécnico de Setúbal
Nuno Teixeira – Instituto Politécnico de Setúbal
Patrícia Rodrigues Quesado – Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Paula Heliodoro – Instituto Politécnico de Setúbal
Paula Santos – Instituto Politécnico de Lisboa
Pedro Amuniação – Instituto Politécnico de Setúbal

Rute Abreu – Instituto Politécnico da Guarda
Santana Fernandes – Universidade do Algarve
Susana Catarino Rita – Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Susana Jorge – Universidade de Coimbra
Teresa Eugénio – Instituto Politécnico de Leiria